

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA  
DE TIRO COM ARCO - CBTarco**

**Ref.:** Pregão Eletrônico nº 002/2021

**P&P TURISMO EIRELLI EPP**, já qualificada no processo em epígrafe, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, na forma do art. 23, §1º da Resolução CPB nº 2/2018 e do item 15.1.3 do Edital, apresentar as razões do seu

**RECURSO ADMINISTRATIVO**

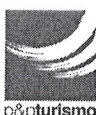
relativamente à decisão que declarou vencedora a licitante DAHER TURISMO LTDA - EPP, o que faz nos termos que seguem.

1. Após análise da documentação apresentada pela licitante DAHER a título de habilitação, verificou-se que o Certificado IATA, destinado a cumprir a exigência do item 13.3.6 (d) do Edital, não preenche os requisitos legais de validade, sendo imprestável para os fins da licitação.

2. De início, cumpre salientar que a IATA (International Air Transport Association) é uma entidade estrangeira, com sede no Canadá, que, em linhas gerais, representa a indústria de linhas aéreas. Uma das suas atividades é o credenciamento (Accreditation) de empresas aptas a atuar nesse ramo – daí de ser comum exigir-se, em licitações para o serviço de agenciamento de viagens aéreas, que as licitantes comprovem estarem credenciadas perante a IATA.

3. Deve ficar claro, portanto, que o **“Certificate of Accreditation”** emitido pela IATA é um documento produzido no exterior e redigido em língua estrangeira.

4. Sendo documento produzido no exterior, a sua validade em território nacional depende de prévia apostila **ou consularização** (a depender da existência de tratados específicos para reconhecimento de documentos) no país de origem. Sendo



documento redigido em língua estrangeira, sua validade depende de tradução juramentada e **registro em cartório competente**. O documento apresentado pela DAHER, contudo, não foi consularizado nem registrado em cartório, o que o torna inválido em território nacional.

5. Conforme já asseverou o Tribunal de Contas da União (TCU), a “certificação de documentos (reconhecimento de firma e conferência com o original) é da tradição do sistema jurídico brasileiro”. O procedimento estabelecido para tanto é:

“5.2.6. Essa certificação é feita no Brasil ou no exterior, a depender da procedência do documento. Para documentos produzidos no Brasil (independentemente de terem sido ou não redigidos em português), a certificação deve ser feita em tabelionato de notas (Lei 8.935/1994, art. 7º, IV e V), caso não se utilize da possibilidade de a própria Administração fazer a conferência, se o original lhe for apresentado (Lei 8.666/1993, art. 32).

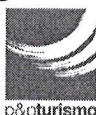
5.2.7. Em se tratando de documentos produzidos no exterior, entretanto, as atribuições notariais são realizadas perante o consulado brasileiro no país de origem do documento (artigo 5º da Convenção de Viena sobre Relações Consulares, de 1963; Decreto 8.4451/1980; e Capítulo 4º do Manual de Serviço Consular e Jurídico, do Ministério das Relações), procedimento esse conhecido como ‘legalização de documento estrangeiro’, ‘consularização’ ou ‘certificação consular’.

(...)

23. Deve ser esclarecido, de plano, que os dois documentos redigidos em língua estrangeira que motivam a controvérsia, são de procedência nacional, o que reclama apenas a apresentação das respectivas traduções juramentadas. Não sendo documentos produzidos no exterior, não necessitam de **certificação consular** nem de **registro em cartório de título e documentos**, situações exigidas pela Lei de Registros Públicos (Lei 6.015/73), caso fossem **lavrados fora do País**.”

(Acórdão nº 393/2013 – Plenário, Rel. Min. Valmir Campelo, julgado em 06/03/2013)

6. Tendo em conta que, desde 14 de agosto de 2016, o Brasil é parte da “Convenção da Apostila”, a legalização de documentos lavrados no exterior se divide, hoje, em dois procedimentos. Caso o país de origem seja também signatário da Convenção, o documento estrangeiro deve ser simplesmente apostilado no





exterior. Caso o país de origem não seja signatário, o documento estrangeiro deverá ser submetido ao processo de consularização perante a Repartição Consular do Brasil da localidade de expedição do documento – caso contrário, não terá efeitos contra terceiro nem perante repartições públicas brasileiras:

“Para surtir efeitos contra terceiros no Brasil, documentos oriundos de países estrangeiros que não são parte da referida Convenção devem ser legalizados, unicamente, junto às Repartições Consulares do Brasil no exterior.”<sup>1</sup>

7. Para além da necessária apostila/consularização, cumpre observar que a Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015/1973) é bastante clara ao **sujeitar a eficácia de documentos estrangeiros ao registro em cartório de títulos e documentos**, devidamente acompanhados da tradução juramentada. Nesse sentido é o art. 129, 6º: *"Estão sujeitos a registro, no Registro de Títulos e Documentos, para surtir efeitos em relação a terceiros: (...) 6º) todos os documentos de procedência estrangeira, acompanhados das respectivas traduções, para produzirem efeitos em repartições da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios ou em qualquer instância, juízo ou tribunal;"*. Trata-se de regra geral sobre validade documental, de observância obrigatória pela administração pública e pelas entidades equiparadas para fins licitatórios, sob pena de violação ao princípio da legalidade (art. 37, *caput*, da CF).

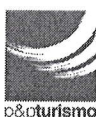
8. A regra que se extrai, portanto, é de que documentos estrangeiros não registrados em cartório de títulos (ainda que tenham sido objeto de tradução juramentada) não são aptos a produzir efeitos no País, não servindo como prova de capacitação técnica.

9. Assim, o “Certificate of Accreditation” da IATA, documento lavrado no Canadá em língua inglesa, deve necessariamente ser submetido à consularização (já que o Canadá não é parte da Convenção acima referida) e registrado em cartório de títulos e documentos, devidamente acompanhado de tradução juramentada.

10. Pois o documento apresentado pela DAHER nem foi consularizado, nem foi registrado no cartório competente. A única formalidade de que se revestiu o documento foi a tradução juramentada, já que sequer registro foi realizado: o selo de

---

<sup>1</sup> Mais informações disponíveis em <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/legalizacao-de-documentos/documentos-emitidos-no-exterior> e <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/retorno-ao-brasil/legalizacao-de-documentos-estrangeiros>



autenticação é tão somente um comprovante de autenticidade da tradução juramentada, e não de registro no cartório competente.

11. Em poucas palavras, o atalho encontrado pela licitante para trazer ao processo a documentação exigida pelo Edital descumpre a lei, pelo que o certificado apresentado não tem efeitos.

12. Diante do exposto, a Recorrente pugna pelo recebimento e provimento do seu recurso, de modo a que seja reformada a decisão recorrida, julgando-se inabilitada a licitante DAHER, em estrito cumprimento à legislação em vigor.

São os termos em que pede e espera deferimento.

Florianópolis/SC para Maricá/RJ, 10 de fevereiro de 2021.

  
\_\_\_\_\_  
**GEAN RICARDO MORAES**

**CPF: 016.169.099-86 RG: 2.996-706**

**P&P TURISMO**



p&pturismo